

O REMANSO

Jornal da Assessoria Técnica Independente de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó

RESISTÊNCIA E TRADIÇÃO MARCAM OS 9 ANOS DO DESASTRE-CRIME NA BACIA DO RIO DOCE



ACORDO É QUESTIONADO
POR LIDERANÇAS DAS
PESSOAS ATINGIDAS

03

COMUNIDADES
TRADICIONAIS A UM
PASSO DA CERTIFICAÇÃO

06

Centro Rosa Fortini de volta aos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó

Repactuação

Acordo é questionado pelas pessoas atingidas



Encontro de apresentação da equipe técnica em Rio Doce. Foto: PH Reinaux / ATI Centro Rosa Fortini

O projeto de Assessoria Técnica Independente (ATI) do Centro Rosa Fortini voltou aos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó. AATI, que atuou entre 2018 e 2022, ficou mais de um ano fora do território devido às negociações com o Ministério Público e empresas. Após as cobranças das pessoas atingidas junto ao Ministério Público, e a aprovação de um novo plano de trabalho, em maio de 2024, o Centro Rosa Fortini volta a assessorar o Território 1.

A coordenadora do projeto de ATI do Centro Rosa Fortini, Grasielle Fortini, explica que a entidade trabalhou por um ano e meio para construir uma nova proposta que pudesse ser aprovada e enfim voltar ao território. “Na construção desse novo projeto levou um ano e meio, porque a cada momento que a gente mandava um esboço de um projeto, era necessário fazer ajustes”, destaca.

O retorno ao trabalho, no entanto, não é exatamente uma continuidade do plano de trabalho anterior. O novo plano trouxe consigo um novo corpo técnico, formado por profissionais com experiência em trabalhos de assessoria técnica, ou relacionadas ao terceiro setor.

Sobre esse retorno, Antônio Maria, coordenador geral do Centro Rosa Fortini, comenta que a luta das

pessoas atingidas pela volta da ATI, foi algo marcante para a história do Centro. “Foi gratificante para nós da entidade percebermos toda a mobilização dos atingidos e das instituições de justiça para nossa volta ao território. Agora, em um esforço conjunto, estamos novamente iniciando o trabalho com a responsabilidade de sempre, buscando fazer o melhor para as famílias atingidas”, pontua.

O novo plano de trabalho

Em 2024, o novo plano de trabalho aprovado pelo Ministério Público e Fundação Renova, para os próximos dois anos de atuação, tem um objetivo mais focado no desenvolvimento de estratégias junto à população atingida.

“O Centro Rosa Fortini já possui uma metodologia testada no território, que prioriza a participação social e a centralidade das pessoas atingidas. Por meio dos profissionais da ATI é prestado o apoio técnico para as demandas coletivas e individuais em todas as comunidades. Essa prestação de serviços é monitorada tanto pelas Comissões de Atingidos e Atingidas, quanto pelas Instituições de Justiça”, esclarece o novo coordenador metodológico do Centro Rosa Fortini, Aloísio Lopes.

O Acordo de Repactuação de Mariana, assinado no dia 25 de outubro, elencou, em mais de 1.300 páginas, como se daria o processo reparatório. O documento tem provocado muitas dúvidas entre as pessoas atingidas antes mesmo de sua assinatura, que questionam a quem o acordo realmente beneficia.

O documento detalha pontos sobre as indenizações individuais, como, por exemplo, o Auxílio Financeiro Emergencial, o AFE, e em que situações as pessoas atingidas terão direito de receber. Cria o Programa de Transferência de Renda, o PTR, e o delimita para qual grupo de pessoas ele será destinado. Além disso, estabelece ainda as obrigações de fazer para a Samarco, como a retirada de rejeitos da Usina Risoleta Neves, entre muitos outros pontos.

Para entender as especificidades deste Acordo, nos últimos dias, a ATI Centro Rosa Fortini deu início a reuniões com as Comissões de Atingidas e Atingidos, que poderão se estender para as comunidades de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Ponte Nova-MG), visando apresentar detalhes do documento, especialmente sobre temas de maior preocupação do território, como: indenizações, tratamento aos povos e comunidades tradicionais (PCT's), limpeza da Usina

Hidrelétrica Risoleta Neves e do próprio rio Doce.

Questionamentos

Um dia antes da assinatura do Acordo, membros da Articulação das Câmaras Regionais dos territórios atingidos na Bacia, enviaram à Presidência da República, aos governadores de MG e ES, além das Instituições de Justiça, uma manifestação com sete páginas que elenca pontos que deveriam ser reconsiderados antes da assinatura do Acordo.

Na carta, os membros “repudiam veementemente” a assinatura do Acordo e afirmam: “não será referendada pela população atingida”. A manifestação organizou 17 pontos, entre eles, questionamentos sobre o PID no valor de R\$30mil; o PTR; o Cadastro, o Fundo para Mulheres; a obrigatoriedade de representação de advogados; Dano Água, entre outros pontos. Para a Articulação das Câmaras Regionais, o valor do PID, por exemplo, é “absurdo e vergonhoso”. Eles criticaram também o PTR, afirmando que ele deveria ser estendido a todas as categorias de atingidos.

Leia na íntegra do ofício enviado no site da ATI: www.centrorosafortini.com.br



Lago de Candonga e Barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves em Santa Cruz do Escalvado - MG. Foto: PH Reinaux / ATI Centro Rosa Fortini

Samarco continua revitimizando pessoas atingidas pelo desastre-crime de Mariana

De negação a auxílio, até o não cumprimento de ações reparatórias, é possível encontrar muitas histórias de famílias que não tiveram qualquer tipo de reparação ou que sofrem diariamente com os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce. Além disso, a falta de diálogo, no cumprimento de deliberações e acordos, tem revitimizado as pessoas trazendo prejuízos à vida de milhares de pessoas atingidas.

Um exemplo, é a omissão da Samarco na entrega de insumos agrícolas previstos no programa Compac-8, que garante o fornecimento de silagem para alimentação dos animais nos períodos de seca. O produtor rural Márcio Martins de Carvalho, 63 anos, do Sítio Aguiar, localizado no município de Santa Cruz do Escalvado, acumula prejuízos com perda de 18 cabeças de gado leiteiro e o emagrecimento severo de seis cabeças, além de uma redução drástica da produção leiteira.

“Eu nunca recebi a silagem. Eles arrancaram a cana e eu fiz um Boletim de Ocorrência, eles nunca me deram silagem, não me deram assistência de nada. Não me procuraram. Eles não me consideram atingido”.

Mesmo com o problema, Márcio, com apoio da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado e da ATI Rosa Fortini, Márcio tentou diálogo com uma empresa prestadora de serviço da Samarco responsável pela Fazenda Floresta, mas ele e o grupo foram impedidos de entrar e atendidos na portaria por um funcionário que disse ter protocolado o pedido.

“A gente achou muito estranho a maneira de tratar ali a pessoa atingida, pelo lado de fora da porteira. O caso dele [Márcio] é trato para o gado. Ele está reivindicando o trato para o gado não morrer de fome”, explica Geraldo Felipe (Tuzinho), que esteve com Márcio na Fazenda Floresta, localizada entre o lago de Candonga e o distrito de Santana do Deserto.

Direito ao Rio

Muita gente foi, e continua sendo, vítima daquele fatídico dia 05 de novembro. A questão do acesso à água do rio e água para consumo, por exemplo, é um problema permanente para milhares de pessoas atingidas. “Imagina só, todas as pessoas com suas agriculturas familiares, que dependem do rio, que necessita de água, que plantavam milho e feijão e hoje não podem plantar na margem do rio, devido ser contaminado, não tem como irrigar suas plantações”, desabafa Adriana Silva Nazareno, da Comunidade Viana, em Santa Cruz do Escalvado, lugar onde viveu toda a sua vida.

Adriana, que é produtora rural e também comerciante,



Boi morto às margens do Lago de Candonga em Santa Cruz do Escalvado. Foto: PH Reinaux/ ATI Centro Rosa Fortini



Sítio Simplício, as margens do Rio Carmo em Chopotó em Ponte Nova. Foto: PH Reinaux / ATI Centro Rosa Fortini

desde aquele dia passou a ter receio sobre a qualidade da água a que tem acesso. “Minha preocupação maior hoje, como ribeirinha, é com a qualidade da água. Até hoje, a Samarco não nos apresentou nenhum laudo falando que nossa água é imprópria para consumo”. O desabastecimento em sua comunidade, especialmente em época da seca, é tema de constante preocupação: “Foi pedido que fosse

feito um poço para atender nossa comunidade, porque quando chega a época da seca, nós todos temos dificuldades com água. Mas existe um cronograma, até hoje não foi cumprido, eu nem sei quando vai ser cumprido.”, destaca.

Em Santana do Deserto, pertencente ao município de Rio Doce, a questão da água também preocupa. A comunidade reclama da qualidade da água e também sobre a não divulgação de informações sobre análises realizadas. Segundo o atingido Raimundo Ribeiro Filho, membro da Comissão de Atingidos(as) de Rio Doce, todo mês há uma coleta de água do rio. “Na casa de Maria José, lá embaixo. Eles pegam água lá todo mês para fazer uma análise, mas eles não passam para a comunidade. Eles fazem o estudo de água aqui e nós mesmo, não fica sabendo”, relata.

Além da falta de comunicação com a comunidade. Raimundo ainda lamenta sobre a qualidade da água que é entregue por meio de carro pipa. “Eles trazem essa água de rio Doce, que o pessoal usa. É uma água com gosto de cloro danado. Muito ruim também”.

O fato de precisar lutar por seus direitos, diante de um desastre anunciado, também revitimiza as pessoas atingidas, pois há modificações nas diferentes formas de viver. Se antes as pessoas atingidas se preocupavam em pescar, ir à roça, lavar roupa no rio, hoje, boa parte delas precisa entender sobre processo judicial, organização popular, projetos e programas sociais, reconhecer direitos, etc.

CONQUISTAS ALCANÇADAS

Faiscadores e pescadores artesanais

Apesar das lutas serem muitas, e as vitórias parecem pequenas, não são. Com união e resistência, as pessoas atingidas, por meio das Comissões de Atingidos e Atingidas, empreenderam muitas lutas nos últimos nove anos. Um das conquistas foi a construção da lista das pessoas das comunidades tradicionais, que não receberam o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), reforçada pelo estudo antropológico realizado pelo professor Aderval Costa Filho, da UFMG, que apontou a grande negação de direitos aos povos e comunidades tradicionais (PCTs) no território de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó.

O pagamento retroativo de quem não recebeu e o auxílio futuro, bem como os recursos para projetos das comunidades estão previstos no Anexo 3 do acordo de repactuação.

As Mulheres também conquistam

Além disso, foi por meio dessa organização popular, que as mulheres, realizaram denúncias junto às suas Assessorias Técnicas Independentes e levaram as Instituições de Justiça a ajuizar uma Ação Civil Pública contra a Fundação Renova, Samarco/Vale e a BHP Billiton para o reconhecimento dos danos ocasionados às mulheres atingidas durante os procedimentos de reparação de danos. Essa ação deu origem a uma cláusula que destina R\$ 1bi para reparação das mulheres atingidas, no Acordo de Reparação.



Visita técnica dos pescadores onde existia a Cachoeira da Fumaça em Santa Cruz do Escalvado. Foto: PH Reinaux / ATI Centro Rosa Fortini

Comunidades tradicionais a um passo da certificação



Visita técnica da CEPCT-MG com membros da Comissão de Atingidos e técnicos da ATI. Foto: PH Reinaux/ Centro Rosa Fortini

Para cumprir uma etapa no processo de certificação de pescadores e faiscadores tradicionais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG) e a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG), estiveram, em setembro e outubro, realizando visitas técnicas nos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó.

A primeira visita ocorreu no dia 13 de setembro, com a representante da Sedese-MG, Erika Martins, e a segunda, no dia 16 de outubro, com o representante da CEPCT-MG, Clarindo Pereira dos Santos. Em ambas as oportunidades, foram realizadas visitas a lugares importantes para a história dos pescadores e faiscadores tradicionais, como a Cachoeira da Fumaça, Mirante da Barragem (para observar a localidade Jacaré), Ilha de Zé Geraldo Lana, Encontro dos Rios Piranga e do Carmo (que forma o Rio Doce) e às ruínas da Estação de Trem do Engenho.

O processo de Certificação de Autoidentificação foi iniciado há três anos a pedido da Comissão de Atingidos e Atingidas de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado e Chopotó. “Nosso decreto [Estado de MG] que regulamenta a certificação, pede que seja feita uma visita técnica no território tradicional, não para questão de dizer se é ou não, porque nós também aceitamos a autodeclaração desses povos, mas como

forma de comprovar essa tradicionalidade. Verificar in loco a relação desse povo, com seu território, com suas práticas tradicionais”, explicou a representante da Sedese-MG, Erika Martins, durante a visita técnica.

A Certificação de Autoidentificação dos Faiscadores é um importante documento para as comunidades dos pescadores e faiscadores, pois traz mais segurança jurídica enquanto comunidade tradicional. Com o rompimento da Barragem de Fundão (2015), a certificação é uma importante garantia para promover o desenvolvimento integrado de povos respeitando sua tradicionalidade, conforme Cláusulas 46 a 53 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).



Visita técnica da Sedese a antiga estação ferroviária às margens do Rio do Carmo. Foto: PH Reinaux/ATI Centro Rosa Fortini

Congado resiste em Santana do Deserto após nove anos de rompimento da barragem de Fundão



Celebração de Nossa Senhora do Rosário. Foto: PH Reinaux / ATI Centro Rosa Fortini

As portas do Santuário Santana do Deserto, localizado em Santana do Deserto, distrito do município de Rio Doce-MG, raramente se encontram fechadas. É quase como se o templo religioso estivesse com os braços abertos, esperando um abraço. O “abraço” vem hora ou outra e o mais recente aconteceu no dia 13 de outubro, quando a população realizou o Congado, parte das comemorações da Nossa Senhora do Rosário.

Segundo os mais velhos contam, a comunidade recebia muita gente de Congados de outras comunidades, como de Sem-Peixe, cerca de 17km de Santana do Deserto, para realizar uma grande festa religiosa. Porém, por conta do rejeito que se acumula do rio, que passa por trás do Santuário, foi se percebendo um esvaziamento da festa, por conta da desconfiança sobre a água do rio.

Dona Maria Geralda de Sousa, que participa do Congado há 60 anos, conta como a participação popular foi enfraquecendo com o tempo, muito por medo da água do rio. “Era diferente. Teve uma mudança, por causa dessa

lama. Nós saltava o rio e ia para o lado de Santa Cruz. Para onde chamavam, nós ia.”, conta.

Com 82 anos, Raimundo Luis do Carmo, relembra as festas de anos anteriores, contando como era o Congado e as mudanças que a lama trouxe para a vida da comunidade. “De primeiro dava muito peixe. A gente apanhava uns peixinhos e levava para casa, para comer, tocando roça. De primeiro era muito bom mesmo. Agora acabou, agente não pescamos. Porque rebentou esse negócio de minério e os peixes estão contaminados”.

No dia do Congado, as famílias fazem um grande almoço e organizam o espaço. O ponto alto é quando a banda sai cantando e dançando, de encontro ao Rei e a Rainha. O grupo conduz o casal até o altar do Santuário Santana do Deserto que sentados em seus tronos, são festejados. Após muitas danças e cânticos, o padre responsável pelo santuário, inicia a missa e ao final dela, um novo Rei e Rainha são coroados pelo sacerdote, momento celebrado por mais dança e música.

Boa Prosa:

Dona Maria Geralda conta a história do Congado



Era uma fazenda que tinha escravizados e teve um tempo que apareceu uma santa na beira do rio, em cima de uma pedra. Dizem que o capitão arrumou um jeito, arrumou uma capela, para poder tirar essa santa desse lugar, dessa pedra, mas só que não conseguia. Foi padre para tirar e não conseguia. Aí os escravos falaram: “às vezes, nós indo lá, as vezes ela vem”. Eles tinham a fala enrolada e não sabiam conversar.

Então arrumaram instrumentos do jeito deles e saiu de lá batendo e cantando. Saindo cantando aos pés da Nossa Senhora do Rosário. Eles inventaram o cântico:

“Oh virgem do Rosário, sua casa cheira.

Cheira cravos e rosas, flor de laranjeira”

Você pode ver na congadeira [os movimentos], eles vão dançando e indo para trás. É como se eles tivessem ido a santa e ela não saía, mas eles insistiam dançando. Ia nos pés dela e voltava.



Colóquio internacional sobre comunidades tradicionais em Montes Claros

Em setembro, ocorreu em Montes Claros–MG, o VII Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais. O evento teve como tema a “Primavera dos Povos rumo à COP-30: Ancestralidade, Justiça Climática e Direitos Territoriais” e debateu assuntos relacionados à valorização e contribuição de diferentes grupos étnicos na construção de sustentabilidade socioambiental no Brasil. Representando o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e a Comissão de Atingidos de Rio Doce, Antônio Áureo do Carmo, participou do evento, acompanhado pela técnica do Centro Rosa Fortini, Tatiana Tatagiba.



Reunião do Conselho Nacional de PCT's. Foto de arquivo

Centro Rosa Fortini realiza visitas técnicas às propriedades rurais do PASEA



Visita a proprietário rural. Foto: PH Reinaux/ATI Rosa Fortini

Finalizam neste mês de novembro as visitas técnicas realizadas pela ATI Centro Rosa Fortini a alguns produtores rurais que integram o Plano de Adequação Socioeconômico e Ambiental (PASEA). Essa atividade visa verificar o cumprimento das medidas acordadas entre Fundação Renova e produtores rurais. Até o momento, aconteceram visitas em 13 propriedades localizadas nas regiões de Florestinha e área rural, em Santa Cruz do Escalvado, e no distrito de Chopotó, pertencente a Ponte Nova. Os técnicos da ATI foram aos locais para conversar com os produtores rurais e levantar dados para construção de relatório que será entregue ao Ministério Público de Minas Gerais.

Encontro da Bacia do Rio Doce em BH

Nos dias 24 e 25 de agosto, aconteceu o Encontro da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, em Belo Horizonte. O evento tinha como objetivo eleger pessoas atingidas que irão compor as instâncias do Sistema de Governança e Participação Social previsto no TAC-GOV.

Três pessoas atingidas do território de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó foram eleitos para participar das instâncias de governança: Maria da Penha Rocha, titular no Conselho Curador da Fundação Renova; Marcos Antônio Martins, titular na CT-GRSA e José Márcio Lazarini suplente na CT-OS.

A ATI Rosa Fortini esteve acompanhando todas as decisões ao lado das pessoas atingidas do território que assessora. Além



Encontro da Bacia. Foto: Tainara Torres / Cáritas Itabira

disso, esteve também na 59ª Reunião Ordinária da CT-IPCT, que ocorreu dois dias antes do Encontro, também na capital mineira.

Reunião com a Samarco cobra cronograma de obras da UHE Risoleta Neves

Reunindo membros da Comissão de Atingidos, representantes da ATI Centro Rosa Fortini e Samarco, uma reunião, realizada no dia 21 de outubro, deveria ter discutido o cronograma de todas as obras do licenciamento ambiental da UHE Risoleta Neves. No entanto, a empresa só apresentou o andamento de algumas delas.

Foi ainda cobrada transparência da Samarco sobre os processos que envolvem as obras do PADE. As pessoas atingidas ainda falaram sobre obras acontecerem sempre na sede do município, gerando um esquecimento da zona rural; reclamaram também sobre o fato do Plano de Turismo está

sendo construído sem a participação das pessoas atingidas.

Em outra pauta, as pessoas atingidas questionaram o abandono das obras em Porto Plácido e relataram sobre o tratamento desrespeitoso que recebem ao procurarem os representantes da Samarco na Fazenda Floresta.